



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

Edital nº 45/2026

Processo Administrativo nº 3413/2026

Unidades requisitantes: Secretaria Municipal de Educação

Tipo de licitação: Menor preço

Data início para envio da proposta eletrônica: 28/07/2026

Fim do envio da proposta eletrônica: 12/08/2026 – 08:30 horas

Data e hora da abertura da sessão pública: 12/08/2026 – 09:00 horas

Modo de disputa: aberto

Exclusivo para ME/EPP: Não

Forma de execução: através de contrato com entrega total

O Município de Pirassununga torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberta, nesta Prefeitura Municipal, situada à Rua Galício Del Nero, nº 51, Centro, Pirassununga/SP, licitação na modalidade Pregão, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil com utilização de recursos de tecnologia da informação, **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO**, que será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Municipais nºs 8.819/2024 (disponível no endereço www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos), Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e demais legislações correlatas aplicáveis.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bll.org.br, (Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL) no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pela Pregoeira com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

1 – DO OBJETO

1.1. O presente Pregão tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DESTINADOS ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL CONTEMPLADAS COM O PRÊMIO EXCELÊNCIA 2024**, de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, parte integrante deste edital;

1.1.1. Faz parte do objeto da licitação entrega, garantia e assistência técnica durante o período de garantia.

1.1.2 A licitação será dividida em itens (**cota principal e cota reservada**), indicados no RELATÓRIO DE ANEXO DO EDITAL - ANEXO I, em conformidade com entendimentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TC 25129.989.20-8, TC 25128.989.20-9 e TC 25130.989.20-5).

1.1.3. As licitantes enquadradas como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual poderão cotar todos ou quaisquer itens tanto da cota principal ou da cota reservada.

1.1.3.1. Os demais licitantes, não enquadrados como ME, EPP ou MEI, somente poderão cotar os itens da Cota Principal.

1.1.3.2. Para os itens da cota reservada, não havendo vencedor, o objeto poderá ser adjudicado ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, de forma sucessiva.

1.1.3.3. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

1.2 VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 184.941,51 (cento e oitenta e quatro mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos).

1.3. Integram este Edital os seguintes ANEXOS:

ANEXO I: Termo de Referência e seus anexos;

ANEXO II: Proposta de Preços;

ANEXO III: Modelo de Declarações;

ANEXO IV: Minuta de Contrato;

1.4. Da justificativa da contratação: A aquisição visa atender às necessidades de climatização das unidades escolares premiadas, garantindo melhores condições de ensino e aprendizagem, bem como conforto térmico para alunos e profissionais da educação, em conformidade com as diretrizes do Programa Alfabetiza Juntos SP.

2 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente Licitação os interessados que atuem no ramo pertinente ao objeto da presente licitação e que atendam a todas as condições contidas na Lei nº 14.133/2021, bem como as demais exigências contidas no presente edital, e que estiverem previamente credenciadas no Sistema BLL (<https://bllcompras.com/>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/21 e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

2.1.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2. O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão. Para isso, os interessados deverão cadastrar-se previamente na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (041) 3097-4600.

2.3. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

2.4. Não poderão disputar esta licitação:

2.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

2.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.4.4.1. o impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.4.8.1. a vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário especializado ou funcionário representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.4.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio; qualquer que seja sua forma de constituição, face à baixa complexidade e vulto econômico do objeto.

3 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

3.1. Os interessados deverão nomear através do instrumento de Procuração com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos demais atos e operações no site: www.bll.org.br

3.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

3.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.7. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

3.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

representante.

3.9. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.10. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

4 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1. Os interessados encaminharão, exclusivamente por preenchimento através do sistema, sua proposta, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º XXXIII da Constituição**.

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos **incisos III e IV do art. 1º e no art. 5º da Constituição Federal**;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.3 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.8. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.8.1. Valor unitário e total, com apenas duas casas decimais;

4.8.2.1. Marca do produto ofertado.

4.8.2.2. Não será permitida a indicação de duas marcas ou alternativa entre elas;

4.9. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

4.10. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.11. Não serão aceitas propostas com quantidades inferiores às constantes no ANEXO I – Especificações Técnicas.

4.12. Com base no inc. III do art. 59 da Lei nº 14.133/21 que determina a desclassificação das propostas que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação, solicita-se aos licitantes a possibilidade de oferta de preços, já no momento de cadastramento da proposta, com valores não superiores ao estipulado em edital, proporcionando posteriormente a celeridade na etapa de julgamento das propostas.

4.13. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.14. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.15. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.16. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR VALOR POR ITEM**, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

4.17. Conforme art. 59º da Lei nº 14.133, de 2021, será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital ou seus anexos, desde que insanável.

4.18. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

4.19. A Pregoeira poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto na letra “d”.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

5.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.10. Os licitantes somente poderão oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá em relação aos lances deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais);

5.11.1 A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço valor unitário.

5.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.16. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.20. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 2015.

5.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.25. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase.

5.29. Em caso de eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

5.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.32. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.33. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União; e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

6.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

6.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema.

6.6. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo estabelecido na sessão, sob pena de não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

aceitação da proposta.

6.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.9.3. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.9.4. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9.5. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

7.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica (artigo 66 da Lei 14.133/2021):

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária ou cooperativa;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) MEI – Microempreendedor Individual, comprovante de inscrição;

- Os documentos acima citados deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

7.1.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista (artigo 68 da Lei 14.133/2021):

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estadual (relativo aos débitos inscritos na dívida ativa) e Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

e) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

g) Para fins de aferição da regularidade fiscal e trabalhista serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas, nos termos da legislação vigente.

7.1.2.1. as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.1.2.2. havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, **será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.1.2.3. a não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.1.3. Relativos à Qualificação Econômico – Financeira (art. 69 da Lei 14.133/2021):

7.1.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.1.3.2. A certidão referida no item 7.1.3.1, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente serão aceitas com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

7.1.4. Será exigida, ainda, a apresentação da seguinte documentação:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, nos termos dos parágrafos 4º e 5º do mesmo artigo;

d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;

e) Declaração e que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

g) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

h) Declaração de que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

7.2. As declarações acima deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, **sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO III do presente Edital**, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

7.3. A Licitante estrangeira deverá apresentar todos os documentos equivalentes aos exigidos as Licitantes brasileiras, no caso de ser considerada vencedora na etapa de Proposta.

7.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.4.1. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

7.5. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas, com exceção da mencionada no item 7.1.3.1.

7.6. Constituem motivos para inabilitação da licitante:

7.6.1. a não apresentação da documentação exigida para habilitação;

7.6.2. a apresentação de documentos com prazo de validade vencido, ressalvados os casos que se enquadrem no item 7.1.2.1;

7.6.3. a apresentação de documentos comprobatórios da regularidade fiscal referentes à filial, nos casos em que Matriz for a licitante, excetuados os casos previstos em Lei;

7.6.4. a apresentação de documentos comprobatórios da regularidade fiscal referentes à matriz, nos casos em que a filial for a licitante;

7.6.5. a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

7.6.6. o não cumprimento de qualquer requisito exigido para fins de habilitação.

7.7. As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

8. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA READEQUADA

8.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, que deverá ser inserida no prazo de **até uma hora**, contado da solicitação da Pregoeira via chat.

8.2. O prazo acima poderá ser prorrogado pelo mesmo período, desde que solicitado dentro do prazo inicial.

8.3 Os licitantes deverão encaminhar além dos documentos de habilitação, a Proposta de Preços com valores unitários e totais a partir do valor final obtido no certame, elaborada de acordo com o modelo ANEXO II, deste edital, bem como, catálogo, ficha técnica ou documento equivalente emitido pelo fabricante, em língua portuguesa ou acompanhado de tradução, contendo informações suficientes para comprovar o atendimento às especificações do Termo de Referência do edital. A exigência não terá caráter meramente formal, sendo admitidos documentos equivalentes idôneos que permitam a verificação técnica do produto

8.4. A pregoeira poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5. Os documentos de habilitação e a proposta deverão ser apresentados preferencialmente:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

- a) Com autenticação digital onde seja possível a aferição do código de autenticação digital ou apresentados com declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- a2) As declarações e a Proposta com identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou “gov.br”.
- a3) Caso os documentos não sejam enviados na forma acima descrita, os originais ou cópias autenticadas, dos documentos de habilitação e os documentos devidamente assinados deverão ser apresentados na Seção de Licitação, situada a Rua Galício Del Nero, 51 – Centro – Pirassununga/SP - CEP 13.631-904, em até 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis.

9. DA REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.2. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

9.3. Regularidade fiscal e trabalhista de ME/EPP. A licitante habilitada nas condições do item 10.1 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

9.4. Ocorrendo a habilitação na forma indicada no item **9.1**, a sessão pública será suspensa pela Pregoeira, observados os prazos previstos no item **9.3** para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

9.5. Por ocasião da retomada da sessão, a Pregoeira decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item **9.3**, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

9.6. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens **9.3** a **9.5**, a Pregoeira, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10. DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a **10 minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

- 10.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 10.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão **no prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento dos autos.
- 10.7. O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.
- 10.8. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 11.1. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, **no prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores** à data fixada para a abertura da sessão pública. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser respondidos **no prazo de até 03 (três) dias úteis**, limitados ao último dia útil anterior à data da abertura da sessão.
- 11.2.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.
- 11.2.2. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizados nos sites: www.pirassununga.sp.gov.br e www.bll.org.br e serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será efetuado **10 dias corridos** após a entrega dos equipamentos, mediante apresentação da Nota Fiscal que deverá estar anuída pelo gestor da Unidade Requisitante, observado o pleno atendimento às especificações técnicas dos equipamentos.
- 12.2. Nos casos de atraso no pagamento, imputável, exclusivamente, à Administração Pública Municipal, o(s) valor(es) da(s) parcela(s) atrasada(s) ficará(ão) sujeita(s) a correção monetária, com base no IPC/FIPE *pro rata die*, desde a data da obrigação até sua efetiva quitação.

13 – DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. Homologada a presente licitação, será o vencedor convocado para no prazo de 03 (três) dias úteis para efetuar a competente assinatura do instrumento contratual, cuja minuta constitui anexo deste edital.
- 13.2. A convocação se dará por *e-mail* ou por outra forma em que reste comprovado, de forma inequívoca, que o interessado a recebeu.
- 13.3. O prazo ora mencionado poderá ser prorrogado por igual período e a critério da Prefeitura Municipal, mediante provocação devidamente justificada da interessada, apenas uma única vez.
- 13.4. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato caracterizará o descumprimento total da contratação, sujeitando-a às penalidades deste Edital, sem prejuízo de outras legalmente estabelecidas.
- 13.5. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, em conformidade com o disposto no artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

13.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

13.7. Não reconhece a Prefeitura quaisquer subcontratações por parte da contratada, cabendo a esta sempre e exclusivamente a integral responsabilidade pelas obrigações ora assumidas.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Nº do Órgão: 09.02; Nº da Despesa: 190; Categoria Econômica: 44.90.52 – Fonte 05 – Recurso Federal.

15 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas de que trata o subitem anterior as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser também aplicadas concomitantemente com o do inciso II.

15.5. Se a contratada não observar o prazo fixado para o fornecimento dos equipamentos, ficará sujeita a multa diária de **1% (um por cento)** do valor total da contratação, enquanto



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

perdurar atraso, até o limite de 10 (dez) dias. Ultrapassando este limite o pedido poderá ser rescindido, a critério do Município, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

15.6. Na hipótese de inadimplemento parcial da obrigação incorrerá a licitante vencedora em multa de **15% (quinze por cento)** do valor total da contratação, conforme critérios de razoabilidade, sendo que o valor será devidamente reajustado na data da aplicação da penalidade.

15.7. Na hipótese de inadimplemento total da obrigação incorrerá a licitante vencedora em multa de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total da contratação, devidamente reajustado na data da aplicação da penalidade.

15.8. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos neles indicados.

15.9. A aplicação das sanções previstas neste edital, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. As condições de entrega e recebimento do objeto encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Termo de Referência, parte integrante deste edital.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

17.1. As obrigações da empresa vencedora encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Termo de Referência, parte integrante deste edital.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. As obrigações da contratada encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Termo de Referência, parte integrante deste edital.

19. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

19.1. Não haverá exigência de garantia da contratação.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

20.2. Os casos omissos serão solucionados pela Pregoeira em conformidade com as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021.

20.3. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pela Pregoeira e pela equipe de apoio.

20.4. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para o sistema, para a Pregoeira ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

20.5. A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pela pregoeira na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

20.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, nos termos do art. 183 da Lei Federal 14.133/2021. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Pirassununga.

20.8. O horário de atendimento ao público será das 08:30h às 11:00 horas e das 13:30 h às 16:30 horas, no endereço Rua Galício Del Nero, 51 – Centro, pelos telefones 19 3565-8037/8068/8032 e/ou e-mail licitacao@pirassununga.sp.gov.br.

20.9. Fica assegurado ao Município de Pirassununga o direito de, no interesse da Administração, Revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente Pregão, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente, nos termos do art. 71 da Lei Federal 14.133/2021.

20.10. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Pirassununga/SP, com exclusão de qualquer outro.

20.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e nos endereços eletrônicos: <http://www.pirassununga.sp.gov.br>, no link: “Serviços”, “compras e contratações”, “Licitações” / www.bll.org.br e também no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Assinado eletronicamente

Chefe da Seção de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO II
FORMULÁRIO PROPOSTA

Razão Social: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Tel. _____ Fax: _____
E-mail: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante legal da empresa que assinará o contrato:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo _____ CEP _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DESTINADOS ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL CONTEMPLADAS COM O PRÊMIO EXCELÊNCIA 2024.

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01		UN			

DA VALIDADE DA PROPOSTA : 60(sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

Outrossim:

Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.

Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

Declara, sob as penas da lei, que tem condições de executar os serviços nas quantidades estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência.

_____, ____ de _____ de ____.

Nome e assinatura do representante legal da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO III

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A EMPRESA _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,

DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;
- 4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
- 6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
- 8) Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49; **(somente para ME/EPP/MEI)**

_____, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO

Processo Administrativo nº ____/2026

Pregão Eletrônico nº ____/____

Contrato nº ____/____

Termo de contrato que celebram de um lado, o **MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA**, com sede na com sede na Rua Galício Del Nero, nº 51 - centro, nesta cidade de Pirassununga (SP), inscrito no CNPJ/MF sob nº 45.731.650/0001-45, neste ato representada pelo Exmo. Sr. _____, brasileiro, nascido aos _____, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. _____ e inscrito no CPF/MF sob o nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro: _____, na cidade de _____ - _____, doravante denominada simplesmente **“CONTRATANTE”**, e de outro lado a empresa _____, CNPJ nº _____, Banco: _____, Agência _____, Conta Corrente _____, com endereço na _____, na cidade de _____, CEP _____, denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, RG nº _____, CPF nº _____. As partes assim identificadas pactuam o presente contrato, que reger-se-á segundo disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, tanto quanto pelas cláusulas e condições da **Pregão Eletrônico**, na forma **Eletrônica nº ____/2026**, **Processo Administrativo nº ____/2026**, com todos os seus anexos, que fazem parte integrante deste, bem como as seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente a **AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DESTINADOS ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL CONTEMPLADAS COM O PRÊMIO EXCELÊNCIA 2024**, de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, parte integrante desta avença.
- 1.1.2. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:
- 1.1.2.1. O Estudo Técnico Preliminar;
- 1.1.2.2. O Termo de Referência;
- 1.1.2.3. O Edital da Licitação;
- 1.1.2.4. A Proposta da Contratada;
- 1.1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

- 2.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).
- 2.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRÉDITO POR ONDE CORRERÁ A DESPESA

- 3.1. As despesas decorrentes do contrato correrão à conta das dotações assim classificadas:
- _____.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

3.2. Em caso de alteração da rubrica orçamentária, durante a vigência contratual, poderá haver sua alteração, por meio de Decreto e/ou apostilamento, desde que devidamente autorizado pelo Chefe do Executivo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado **10 (dez) dias corridos** após a entrega dos equipamentos, mediante apresentação da Nota Fiscal que deverá estar anuída pelo gestor do contrato, observado o pleno atendimento às especificações técnicas dos equipamentos.

4.2. Nos casos de atraso no pagamento, imputável, exclusivamente, à Administração Pública Municipal, o(s) valor(es) da(s) parcela(s) atrasada(s) ficará(ão) sujeita(s) a correção monetária, com base no IPC/FIPE *pro rata die*, desde a data da obrigação até sua efetiva quitação.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1. Não haverá reajuste.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. O Prazo de vigência contratual será de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e aceito pela Administração.

6.2. As condições de entrega e recebimento do objeto encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. As obrigações da contratada encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. As obrigações da contratante vencedora encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. Não há exigência de Garantia Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas de que trata o subitem anterior as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser também aplicadas concomitantemente com o do inciso II.

10.5. Se a contratada não observar o prazo fixado para a entrega dos equipamentos, ficará sujeita a multa diária de **1% (um por cento)** do valor total da contratação, enquanto perdurar atraso, até o limite de 10 (dez) dias. Ultrapassando este limite o pedido poderá ser rescindido, a critério do Município, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

10.6. Na hipótese de inadimplemento parcial da obrigação incorrerá a licitante vencedora em multa de **15% (quinze por cento)** do valor total da contratação, conforme critérios de razoabilidade, sendo que o valor será devidamente reajustado na data da aplicação da penalidade.

10.7. Na hipótese de inadimplemento total da obrigação incorrerá a licitante vencedora em multa de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total da contratação, devidamente reajustado na data da aplicação da penalidade.

10.8. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos neles indicados.

10.9. A aplicação das sanções previstas neste edital, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO GESTOR DO CONTRATO

11.1 Fica nomeado como Gestor do presente Contrato o(a) Servidor(a) _____, RG nº _____, CPF nº _____, Cargo _____, lotado na Secretaria _____.

11.1.1. No desempenho de suas atividades é assegurado ao gestor do contrato o direito de verificar a perfeita execução do presente Contrato em todos os termos e condições.

11.1.2. Em caso de alteração do gestor do contrato, durante a vigência contratual, poderá haver sua alteração, por meio de Decreto e/ou apostilamento, desde que devidamente autorizado pelo Chefe do Executivo

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato poderá sofrer alterações e obedecerá o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

12.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações (artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021):

12.3.1. variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

12.3.2. atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

12.3.3. alterações na razão ou na denominação social do contratado;

12.3.4. empenho de dotações orçamentárias;

12.3.5. Alteração do Gestor do Contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE

13.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em casos de extinção do contrato, em face do regime jurídico deste contrato administrativo, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO DAS PARTES AO EDITAL E À PROPOSTA

14.1. As partes se vinculam ao contido no edital do **Pregão Eletrônico nº ____/2026** e na proposta ofertada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA

15.1. A execução contratual e todas as ocorrências decorrentes desta avença são regidas pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

16.2. A extinção deste instrumento poderá ser efetivada, caso ocorra quaisquer dos motivos mencionados no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial frequência no comportamento descritos na cláusula sexta e será processada conforme dispõe o art. 138, ambos da Lei regente deste contrato, no que couber.

16.2.1. Em casos excepcionais, configurados como de força maior, a critério da CONTRATANTE, o atraso no cumprimento da ordem de serviço ou na entrega do objeto contratado não ensejará extinção contratual, bem como as penalidades estabelecidas neste instrumento.

16.2.2. A situação indicativa da extinção contratual será levada a CONTRATADA, através de notificação administrativa e sendo sempre garantido o direito da ampla defesa e do contraditório.

16.2.3. Além das referidas hipóteses, poderá a CONTRATANTE extinguir o presente contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, com motivação de falência, concordata, dissolução ou insolvência da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

17.1. O Município de Pirassununga se reserva ao direito de inspecionar os equipamentos quando da entrega, podendo recusá-los ou solicitar substituições, e ainda, se reserva ao direito de revogar, anular, adquirir no todo ou em parte, rejeitar todas as propostas, desde que justificadamente haja inconveniência administrativa e por razões de interesse público.

17.2. Os encargos sociais, fiscais e o que mais de direito, inclusive indenizações decorrentes de acidentes ou qualquer outro incidente envolvendo a execução dos serviços ora contratados, a quem quer que sofra o dano, serão de inteira e exclusiva responsabilidade da empresa vencedora do certame, não restando qualquer ônus ao Município, sequer subsidiariamente.

17.3. A empresa vencedora responsabilizar-se-á civil e criminalmente, inclusive no que se refere a eventual dano, a quem quer que o sofra, por qualquer erro ou imperfeição na execução do objeto licitado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e também no Diário Oficial Eletrônico da Municipalidade (endereço eletrônico <http://www.pirassununga.sp.gov.br>).

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Para as questões que se suscitarem entre as partes contratantes, e que não sejam resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Pirassununga para a solução judicial, desistindo as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2. E por estarem as partes justas e de pleno acordo no que se refere aos termos do presente contrato, firmam o mesmo em 02 (duas) vias de igual teor e validade, perante as testemunhas abaixo nomeadas.

Assinado eletronicamente

_____ Contratante	_____ Contratada
Testemunhas: _____	

ANEXO ÚNICO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DESTINADOS ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL CONTEMPLADAS COM O PRÊMIO EXCELÊNCIA 2024.

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01		UN			



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

ÓRGÃO OU ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Nome:

Cargo:

PREFEITO MUNICIPAL

CPF:

Período de gestão:

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração de Atualização Cadastral” ora anexada (s).

Assinatura do responsável pelo preenchimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo Presente termo, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo em vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “**Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP**”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “**Declaração(ões) de Atualização Cadastral anexa(s)**”;
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados;

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Assinado eletronicamente

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO:

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O AJUSTE PELA CONTRATANTE

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O AJUSTE PELA CONTRATADA

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: **Acompanhamento Processual**

Nome:

Cargo: Procurador Geral

CPF:

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ N°:

CONTRATADA:

CNPJ N°:

CONTRATO N° (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA: ____/____/____

VIGÊNCIA: ____/____/____

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

LOCAL e DATA:

Prefeito Municipal
E-mail



Endereço: RUA GALICIO DEL NERO 51
Cidade: PIRASSUNUNGA

Prefeitura Municipal de Pirassununga

CEP: 13631-904 Bairro: CENTRO
Fone: (19) 3565-8032 Fax: () -

CNPJ: 45731650000145

RELATÓRIO DE ANEXO DE EDITAL

Processo: 3413/2026
Modalidade: PREGÃO

Nº Licitação: 37

Anexo I

COTA PRINCIPAL

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Vlr. Ref. Unt.	Vlr. Ref. Total	Cota
1.2	69122 - AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER 24000 BTU O equipamento deverá possuir capacidade nominal de refrigeração de 24.000 BTU/h (7,03 kW), com faixa de operação mínima entre 5.450 e 25.500 BTU/h, tensão de alimentação de 220 V, monofásico, 60 Hz, potência elétrica aproximada de 2.450 W e corrente nominal de operação de aproximadamente 11,2 A. Deverá apresentar Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal (IDRS) de 6,30 Wh/Wh, classificação de eficiência energética A, utilizando gás refrigerante ecológico R-32, que proporciona maior eficiência térmica e menor impacto ambiental. A unidade evaporadora deverá possuir dimensões aproximadas de 1.055 x 299 x 215 mm (L x A x P) e peso líquido aproximado de 11,5 kg, enquanto a unidade condensadora deverá apresentar dimensões aproximadas de 880 x 638 x 310 mm (L x A x P) e peso líquido aproximado de 36,3 kg, permitindo instalação com tubulação de até 30 metros de comprimento e desnível máximo de 15 metros. O equipamento deverá operar em temperaturas externas entre 16°C e 46°C, possuir compressor do tipo BLDC (Brushless DC) e serpentina da unidade condensadora com tratamento anticorrosivo, proporcionando maior resistência à corrosão e maior durabilidade do equipamento. Quanto às características de climatização, deverá possuir tecnologia de distribuição de ar sem incidência direta sobre os ocupantes (WindFree ou tecnologia equivalente), vazão de ar aproximada de 16,6 m³/min, capacidade de remoção de umidade de aproximadamente 2,4 L/h e nível máximo de pressão sonora de até 44 dB(A) na unidade interna e 54 dB(A) na unidade externa. O equipamento deverá possuir, no mínimo, os seguintes recursos e funcionalidades: Tecnologia Inverter; Resfriamento rápido; Modo automático de operação; Modo econômico (Eco); Função desumidificação; Modo ventilação; Modo silencioso (Quiet); Função Sleep (Boa Noite); Reinício automático após interrupção do fornecimento de energia (Auto Restart); Limpeza automática da evaporadora (Auto Clean); Função de limpeza profunda da evaporadora (Freeze Wash ou tecnologia equivalente); Indicador de limpeza do filtro; Display digital de temperatura com opção de desligamento; Relógio de 24 horas; Garantia mínima de 12 meses; Instalação completa; Controle remoto sem fio.	PC	30,0000	4.742,09	142.262,70	76,92 %

COTA RESERVADA

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Vlr. Ref. Unt.	Vlr. Ref. Total	Cota
1.1	69122 - AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER 24000 BTU O equipamento deverá possuir capacidade nominal de refrigeração de 24.000 BTU/h (7,03 kW), com faixa de	PC	9,0000	4.742,09	42.678,81	23,08 %



Prefeitura Municipal de Pirassununga

Endereço: RUA GALICIO DEL NERO 51
Cidade: PIRASSUNUNGA

CEP: 13631-904
Fone: (19) 3565-8032

Bairro: CENTRO
Fax: () -

CNPJ: 45731650000145

RELATÓRIO DE ANEXO DE EDITAL

Processo: 3413/2026

Nº Licitação: 37

Modalidade: PREGÃO

operação mínima entre 5.450 e 25.500 BTU/h, tensão de alimentação de 220 V, monofásico, 60 Hz, potência elétrica aproximada de 2.450 W e corrente nominal de operação de aproximadamente 11,2 A.

Deverá apresentar Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal (IDRS) de 6,30 Wh/Wh, classificação de eficiência energética A, utilizando gás refrigerante ecológico R-32, que proporciona maior eficiência térmica e menor impacto ambiental.

A unidade evaporadora deverá possuir dimensões aproximadas de 1.055 x 299 x 215 mm (L x A x P) e peso líquido aproximado de 11,5 kg, enquanto a unidade condensadora deverá apresentar dimensões aproximadas de 880 x 638 x 310 mm (L x A x P) e peso líquido aproximado de 36,3 kg, permitindo instalação com tubulação de até 30 metros de comprimento e desnível máximo de 15 metros.

O equipamento deverá operar em temperaturas externas entre 16°C e 46°C, possuir compressor do tipo BLDC (Brushless DC) e serpentina da unidade condensadora com tratamento anticorrosivo, proporcionando maior resistência à corrosão e maior durabilidade do equipamento.

Quanto às características de climatização, deverá possuir tecnologia de distribuição de ar sem incidência direta sobre os ocupantes (WindFree ou tecnologia equivalente), vazão de ar aproximada de 16,6 m³/min, capacidade de remoção de umidade de aproximadamente 2,4 L/h e nível máximo de pressão sonora de até 44 dB(A) na unidade interna e 54 dB(A) na unidade externa.

O equipamento deverá possuir, no mínimo, os seguintes recursos e funcionalidades:

Tecnologia Inverter;
Resfriamento rápido;
Modo automático de operação;
Modo econômico (Eco);
Função desumidificação;
Modo ventilação;
Modo silencioso (Quiet);
Função Sleep (Boa Noite);
Reinício automático após interrupção do fornecimento de energia (Auto Restart);
Limpeza automática da evaporadora (Auto Clean);
Função de limpeza profunda da evaporadora (Freeze Wash ou tecnologia equivalente);
Indicador de limpeza do filtro;
Display digital de temperatura com opção de desligamento;
Relógio de 24 horas;
Garantia mínima de 12 meses;
Instalação completa;
Controle remoto sem fio.

Valor Total do Processo: 184.941,51



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 39 aparelhos de ar-condicionado, novos e sem uso, do tipo split hi-wall, com capacidade de 24.000 BTU/h e tensão de 220 V, destinados às unidades escolares da rede municipal contempladas com o Prêmio Excelência 2024, incluindo entrega, garantia e assistência durante o período de garantia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1.1. A presente contratação contempla exclusivamente o fornecimento dos equipamentos, não abrangendo instalação, adequação elétrica, fornecimento de suportes, tubulações, drenos, cabeamento ou demais materiais e serviços necessários à sua instalação.

Item	Especificação	Unidade medida	Quantidade	Valor unit.	Valor total
01	69122 - Aparelho de ar – condicionado 24.000 BTUs 220 V.	Unidade	39	R\$ 4.742,09	R\$ 184.941,51

1.2 O custo estimado total da contratação é de R\$ 184.941,51 (cento e oitenta e quatro mil novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.3. **Da justificativa da aquisição:** A aquisição visa atender às necessidades de climatização das unidades escolares premiadas, garantindo melhores condições de ensino e aprendizagem, bem como conforto térmico para alunos e profissionais da educação, em conformidade com as diretrizes do Programa Alfabetiza Juntos SP.

1.4. Histórico médio de consumo dos últimos 06 meses: Não houve consumo desta aquisição de acordo com o histórico médio de consumo de bens/serviços nos últimos 06 (seis) meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 As empresas participantes do certame deverão apresentar documentação de Regularidade Jurídica, Fiscal, Social, trabalhista e Econômico-Financeiro, nos moldes nos artigos 66, 68 e 69, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3.DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- **Adequação do tipo de equipamento ao ambiente:** O equipamento deve ser do tipo adequado às características construtivas, área atendida, distribuição do ar e condições de instalação de cada ambiente escolar, pois a definição correta influencia diretamente a cobertura térmica, a funcionalidade e a durabilidade do sistema, ou seja, modelo Split Wall (Hi-Wall).
- **Capacidade de climatização do ambiente:** 24.000 BTUs/h.
- **Tensão elétrica:** 220 V.
- **Eficiência energética: Classe “A” (Procel).** - o equipamento deverá possuir



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

tecnologia **Inverter** e classificação de eficiência energética “A” no Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE/Inmetro, conforme os critérios vigentes na data da apresentação da proposta. O atendimento a esses requisitos deverá ser comprovado mediante Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, catálogo, ficha técnica ou documento equivalente emitido pelo fabricante.

- **Funções:** resfriamento, ventilação, desumidificação, automático e timer.
- **Controle remoto:** incluso.
- **Filtro de ar:** lavável, antibacteriano e anti-mofo.
- **Nível de ruído de operação:** O equipamento deve operar com nível de ruído compatível com atividades pedagógicas, a fim de não prejudicar as aulas, concentração, comunicação oral e bem-estar dos usuários. O nível de ruído é medido em decibéis, especialmente relevante para salas de aula e ambientes de permanência prolongada. **Nível de ruído:** ≤ 45 dB (interno).
- **Garantia:** mínima de 12 meses.
- O licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar catálogo, ficha técnica ou documento equivalente emitido pelo fabricante, em língua portuguesa ou acompanhado de tradução, contendo informações suficientes para comprovar o atendimento às especificações deste Termo de Referência. A exigência não terá caráter meramente formal, sendo admitidos documentos equivalentes idôneos que permitam a verificação técnica do produto.

Conformidade com normas técnicas, segurança e certificações: O equipamento deve atender aos normativos aplicáveis à sua natureza, especialmente quanto à segurança elétrica, desempenho, etiquetagem e avaliação da conformidade, de modo a assegurar legalidade, confiabilidade e aptidão para uso em prédios públicos escolares. Normativos relevantes: Lei nº 14.133/2021, ABNT NBR IEC 60335, regulamentos de avaliação da conformidade do Inmetro, etiquetagem do PBE/Inmetro, normas da ANEEL e requisitos ambientais aplicáveis ao fluido refrigerante.

Os equipamentos deverão ser novos, sem uso anterior, não reconicionados, em linha normal de produção e acompanhados de número de série, manual em língua portuguesa e documentação de garantia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

5. MODELO DE EXECUÇÃO OBJETO

5.1. O Prazo de vigência contratual será de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e aceito pela Administração.

5.2. Os produtos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.3. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço Rua Germano Dix, 3350 Jardim Carlos Gomes CEP 13633-010, no Almoxarifado da Secretaria de Educação no horário compreendido das 7h30min às 15h.

5.4. A contratada deverá arcar com as despesas de carga e descarga e de fretes referentes à entrega dos produtos, inclusive as decorrentes da devolução e reposição pelo não atendimento às especificações técnicas deste Termo de Referência.

5.5. Na hipótese dos produtos serem entregues em desconformidade com os padrões e especificações deste Termo de Referência, os mesmos não serão aceitos, devendo ser repostos no prazo máximo estipulado pela Administração, sem adição de qualquer ônus para a municipalidade.

5.6. A entrega dos produtos deverá ocorrer por pessoal devidamente uniformizado, portando crachá de identificação da empresa.

5.7. REQUISITOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:

5.7.1. Serão condições de aceitabilidade: produto com a embalagem íntegra, lacrada ou com sistema de fechamento que impeça a abertura involuntária das mesmas.

5.7.2. Os materiais deverão estar contidos em embalagens próprias/habituais de vendas, sem qualquer violação sem nenhuma avaria, sem amassados, riscos ou quaisquer outros defeitos de fabricação, sem divergências de modelos, qualidade e de acordo com a quantidade solicitada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

5.7.3. Será recusado o produto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação.

5.8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

5.8.1. Efetuar a entrega dos produtos de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e demais condições estipuladas no Edital da licitação e seus anexos.

5.8.2. Comunicar à unidade requisitante, de imediato, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constantes neste Termo de Referência, no edital da licitação ou no contrato.

5.8.3. Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias ao fornecimento do objeto licitado, bem como pagar os emolumentos prescritos em lei.

5.8.4. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguro de acidentes, impostos, contribuições e quaisquer outras que forem devidas.

5.8.4.1. A inadimplência da contratada em relação aos encargos indicados no **item 5.8.4**, não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da contratação.

5.8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

5.8.6. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante.

5.8.7. Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades.

5.8.8. Não será permitido ao pessoal da Contratada o acesso à área do edifício que não aquelas relacionadas ao seu trabalho.

5.8.9. Organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as
Rua Germano Dix, n° 3350 – Jardim Carlos Gomes – CEP 13633-010 – Pirassununga/SP
e-mail: educacao@pirassununga.sp.gov.br telefone: (19) 3565-8300 / 8301



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

obrigações assumidas.

5.8.10. Atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos em lei.

5.9. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

5.9.1. Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada ao objeto licitado.

5.9.2. Efetuar o pagamento à contratada no prazo estipulado no edital da licitação.

5.9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da licitação em desacordo com as especificações Termo de Referência ou em desacordo com o ofertado em sua Proposta.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

6.1.1. O objeto contratado deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2. A execução do objeto contratado deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos, obedecido ao disposto nos artigos 26, 27 e 28 do Decreto Municipal nº 8.819/24, disponível no seguinte endereço:
www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos

6.1.2.1. As ocorrências relacionadas à execução do contrato, deverão obedecer ao disposto no artigo 25 do Decreto Municipal nº 8.819/24, disponível no seguinte endereço:
www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos

6.1.3. A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato, obedecido ao disposto no artigo 24 do Decreto Municipal nº 8.819/24, disponível no seguinte endereço:
www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos

6.1.4 As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

eletrônica (e-mail) para esse fim.

6.1.5 A contratante poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.6. Ficarà a contratada, sujeita às penalidades descritas no tópico das Sanções Administrativas do edital da licitação, pelo não cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

6.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO:

6.2.1 A avaliação da execução/entrega do objeto será feita por servidor habilitado e conferido no ato da entrega, anotando quaisquer irregularidades no próprio processo.

6.2.2 A CONTRATADA deverá encaminhar junto com os produtos, a Nota Fiscal para aferição no ato da entrega, ou por e-mail para o Almojarifado da Secretaria de Educação do almoxarifado.educacao@pirassununga.sp.gov.br.

6.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente, indicados pelo contratado na proposta.

6.2.4. O prazo pagamento será indicado pela Secretaria Municipal de Finanças e constará no Edital da licitação em campo próprio.

6.3. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:

6.3.1. Os produtos serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.3.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, quando for o caso.

6.3.1.2. O recebimento provisório dos produtos não implica a aceitação definitiva dos mesmos.

6.3.2. Os produtos serão recebidos **definitivamente** no prazo de 30 dias (trinta) dias úteis, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.3.3. O recebimento dos produtos poderá ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com o contrato.

6.3.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do mesmo, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.3.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição dos produtos recebidos até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.3.6. O recebimento provisório e definitivo também deverão obedecer, no que couber, o disposto no artigo 29 do Decreto Municipal nº 8.819/24, disponível no seguinte endereço:
www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O objeto será contratado mediante **LICITAÇÃO** e a modalidade será indicada pela seção de contratações **com base na documentação apresentada pelo requisitante no respectivo protocolo do processo de compras.**

7.2. O critério de julgamento será o de menor preço.

7.3. Por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, será realizada consulta aos seguintes cadastros:

7.3.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

7.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União; e

7.3.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da 6.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Embora o objeto seja materialmente divisível, trata-se de um único item padronizado, composto por 39 unidades de mesma especificação. A adjudicação conjunta mostra-se adequada para preservar a padronização, simplificar a logística de entrega e recebimento, facilitar a gestão da garantia e favorecer a economia de escala, sem prejuízo relevante à competitividade.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Classificação Funcional: 12.361.1015-2.118

Ficha: 892

Nº do Órgão: 09.02.00 Ensino Fundamental

Categoria Econômica: 4.4.90.52 Equipamentos e bens permanentes

Código de Aplicação: 220.0099

Fonte de Recurso: 92

9.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. RESPONSÁVEIS

FISCAL DO CONTRATO.

Nome: Tammy Ticiane Locali Vannucci

Cargo: Professora

CPF Nº: 349.588.728-84



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo

SECRETAR



Documento assinado digitalmente
TAMMY TICIANE LOCALI VANNUCCI
Data: 20/07/2026 09:43:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

O

Tammy Ticiane Locali Vannucci
Professora



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação identificou a necessidade de climatização dos ambientes de nove unidades escolares da rede municipal contempladas com o Prêmio Excelência 2024. Para atendimento dessa necessidade, estima-se a aquisição de 39 aparelhos de ar-condicionado, do tipo split hi-wall, com capacidade de 24.000 BTU/h e tensão de 220 V, conforme memória de cálculo apresentada neste estudo.

Os recursos oriundos do Prêmio Excelência 2024 foram destinados às unidades escolares premiadas para melhoria da infraestrutura mediante aquisição de bens permanentes. Após análise das necessidades locais, as respectivas Associações de Pais e Mestres – APMs definiram os aparelhos de ar-condicionado como objeto prioritário. As deliberações e os documentos que comprovam a vinculação e a destinação dos recursos deverão integrar os autos do processo.

A presente contratação contempla exclusivamente o fornecimento dos equipamentos, sem instalação. A efetiva utilização dos bens dependerá de levantamento técnico prévio das condições físicas e elétricas dos ambientes, das adequações eventualmente necessárias e de instalação especializada, a serem executadas ou contratadas em procedimento próprio. Essas etapas deverão ser planejadas e compatibilizadas com o prazo de entrega, as condições de armazenamento e a garantia do fabricante, a fim de evitar ociosidade, perda de garantia ou deterioração dos equipamentos.

Atualmente, parte das salas e dos ambientes escolares apresenta ventilação e controle de temperatura insuficientes, especialmente nos períodos de maior calor. A climatização adequada busca proporcionar conforto térmico, salubridade e bem-estar aos estudantes, profissionais da educação e demais usuários das seguintes unidades de ensino:



EMEIJÁ Abbibe Appes; EMEIEF Prof. Arcádio Giacomelli Stell; EMEIEF Prof.^a Julia Colombo de Almeida; EMEIEF Prof.^a Lenira Papa; EMEF (TI) Prof.^a Maria José de Oliveira Jacobsen; EMEF Prof. Próspero Grisi; EMEIEF Rotary Clube; EMEIEF Vila dos Sargentos; e EMEF Jornalista Washington Luiz de Andrade.

2. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foram analisadas as seguintes alternativas:

Primeira alternativa: aquisição dos equipamentos e contratação separada da instalação especializada sob demanda

Contratação estruturada para aquisição definitiva dos aparelhos de ar-condicionado de 24.000 BTU/h, ficando a instalação, a adequação de suportes, as interligações, os drenos, os testes e eventuais ajustes executivos a cargo de serviço especializado contratado especificamente para implantação, conforme a realidade física de cada escola.

Essa alternativa permite que a Administração receba os equipamentos como bens permanentes e execute a instalação de forma planejada por unidade, observando a compatibilidade elétrica, o tipo adequado ao ambiente, a vazão de ar, os requisitos de segurança, as certificações aplicáveis e as condições construtivas de cada local de uso.

Vantagens:

- permite incorporar os aparelhos ao patrimônio como bens permanentes, com maior controle sobre a vida útil e a reposição;
- a instalação pode ser ajustada às condições reais de cada escola, reduzindo incompatibilidades físicas, elétricas e de segurança;
- favorece o planejamento por etapas de implantação, distribuindo a execução conforme a prioridade e a disponibilidade operacional das unidades;
- possibilita especificar equipamentos padronizados e contratar instalação especializada conforme a complexidade de cada local; e



Prefeitura Municipal de Pirassununga
Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Educação



- pode melhorar a aderência técnica ao objeto ao separar o fornecimento dos aparelhos da execução dos serviços de campo.

Desvantagens:

- a separação entre fornecimento e instalação aumenta o risco de desencontro de responsabilidades entre fabricante, fornecedor e instalador;
- pode elevar o custo total de propriedade com contratações distintas, mobilizações repetidas e necessidade de gestão mais intensa;
- há risco de atraso na entrada em operação caso os equipamentos sejam entregues antes da contratação ou da execução da instalação;
- a garantia dos aparelhos pode ser afetada se a instalação não seguir exatamente os requisitos técnicos do fabricante; e
- exige maior coordenação para compatibilizar suportes, rede elétrica, drenos e testes em cada escola, aumentando o risco operacional.

Segunda alternativa: aquisição com instalação completa

Contratação de empresa para o fornecimento definitivo dos aparelhos de ar-condicionado de 24.000 BTU/h, com instalação completa em cada unidade escolar, incluindo evaporadora e condensadora, suportes, tubulações, isolamento, dreno, interligações elétricas compatíveis, carga de gás quando aplicável, testes de funcionamento, partida inicial e orientação básica de uso.

Esse modelo permite entregar a solução pronta para operação, com responsabilidade unificada pelo correto dimensionamento do tipo de equipamento, compatibilidade elétrica, eficiência energética, nível de ruído, vazão de ar, conformidade com as normas técnicas e adequação física aos ambientes escolares.

Vantagens:

- entrega a solução pronta para uso, reduzindo interfaces entre fornecimento e instalação;
- concentra a responsabilidade técnica em um único contratado, facilitando a cobrança por desempenho e correções;



Prefeitura Municipal de Pirassununga
Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Educação



- tende a diminuir riscos de incompatibilidade entre equipamento, infraestrutura elétrica e condições físicas do ambiente;
- pode reduzir o prazo global de implantação nas escolas ao reunir etapas correlatas em um mesmo contrato; e
- favorece melhor aderência ao objeto ao exigir dimensionamento, testes, partida inicial e orientação básica de uso.

Desvantagens:

- exige especificação técnica e fiscalização mais rigorosas para evitar subdimensionamento ou instalação inadequada;
- pode elevar o desembolso inicial em comparação com aquisições sem instalação;
- a manutenção futura pode ficar mais onerosa se forem utilizados componentes proprietários ou soluções pouco padronizadas;
- falhas de instalação podem gerar paralisação do equipamento e custos adicionais de correção após o recebimento; e
- a execução simultânea nas unidades escolares pode sofrer atrasos em razão de limitações da infraestrutura elétrica ou de adequações civis não previstas.

Terceira alternativa: locação dos aparelhos com instalação e manutenção inclusas

Contratação de serviço continuado de locação de aparelhos de ar-condicionado de 24.000 BTU/h, com disponibilização dos equipamentos pela contratada, instalação nos ambientes indicados, manutenção preventiva e corretiva, substituição em caso de falha, limpeza periódica dos filtros e retirada ao término contratual.

Nessa alternativa, a Administração obtém a climatização dos espaços sem incorporar os bens ao patrimônio, transferindo à contratada a responsabilidade pela operacionalidade dos equipamentos e pelo atendimento aos requisitos de desempenho, segurança, eficiência energética, fluido refrigerante adequado e funcionamento compatível com o uso pedagógico.



Vantagens:

- reduz o investimento inicial, pois dispensa a aquisição dos equipamentos e sua incorporação ao patrimônio;
- transfere à contratada a instalação, a manutenção e a substituição dos aparelhos, diminuindo a carga operacional da Administração;
- favorece maior previsibilidade orçamentária, com pagamentos periódicos vinculados à disponibilidade da solução;
- reduz os riscos de obsolescência tecnológica e de depreciação dos equipamentos ao longo do contrato; e
- atende diretamente à necessidade de climatização dos ambientes com solução completa e pronta para uso.

Desvantagens:

- pode gerar custo total superior ao da aquisição em contratações de longa duração;
- cria dependência da contratada para manter a continuidade do funcionamento dos equipamentos;
- exige fiscalização contratual efetiva para assegurar níveis de serviço, prazos de atendimento e qualidade da manutenção;
- pode haver limitações na padronização ou na especificação exata dos modelos disponibilizados; e
- a indisponibilidade ou a demora na substituição de aparelhos com falha pode comprometer o uso regular dos ambientes.

Opção escolhida

Aquisição dos equipamentos, com planejamento separado das adequações elétricas e da instalação especializada.

Justificativa da opção escolhida

A necessidade de climatização é permanente, e os aparelhos terão uso contínuo e por prazo indeterminado. A aquisição possibilita a incorporação dos bens ao patrimônio público e sua utilização durante toda a vida útil.



Prefeitura Municipal de Pirassununga
Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Educação



Além disso, os recursos do Prêmio Excelência 2024 foram destinados às escolas premiadas para aquisição de bens permanentes, e os aparelhos de ar-condicionado constituem o objeto definido pelas respectivas APMs. A locação produziria despesa continuada, sem incorporação patrimonial, e não atenderia à destinação específica estabelecida para os recursos.

A análise econômica definitiva deverá ser instruída com os documentos de suporte dos custos de aquisição, manutenção e eventual locação, em observância aos arts. 18, § 1º, incisos V e VI, 23 e 44 da Lei nº 14.133/2021.

Quadro comparativo para justificativa da opção escolhida

O quadro a seguir apresenta a estimativa preliminar do custo total de propriedade. Os valores de manutenção, contingência e eventual locação somente poderão fundamentar a decisão se acompanhados das respectivas memórias de cálculo e fontes de pesquisa juntadas aos autos:

Natureza da despesa	Aquisição dos equipamentos	Locação com instalação e manutenção
Aquisição dos equipamentos, sem instalação	R\$ 184.941,51	Não aplicável
Manutenção e PMOC por 60 meses – estimativa preliminar	R\$ 78.000,00	Incluída na mensalidade
Contingência para corretivas – estimativa preliminar	R\$ 9.247,08	Incluída na mensalidade
Mensalidades por 60 meses	R\$ 0,00	A comprovar mediante pesquisa específica
Custo total em 60 meses	R\$ 272.188,59	A apurar em bases equivalentes

O valor de R\$ 184.941,51 corresponde exclusivamente à aquisição de 39 equipamentos, não incluindo instalação. Consideradas as estimativas preliminares de R\$ 78.000,00 para manutenção e PMOC e de R\$ 9.247,08



para contingências corretivas durante cinco anos, o custo total preliminar de propriedade alcança R\$ 272.188,59.

Esse montante equivale a R\$ 116,32 por aparelho/mês no período de 60 meses e poderá ser utilizado como referência de equilíbrio na comparação com eventual locação, desde que todas as parcelas sejam calculadas em bases equivalentes e comprovadas documentalmente.

Independentemente da comparação econômica, a locação não se mostra adequada à finalidade específica desta contratação, pois os recursos da premiação foram destinados à aquisição de bens permanentes definidos pelas APMs, e a necessidade é contínua.

A conclusão de vantajosidade econômica, contudo, deverá permanecer vinculada às fontes e memórias de cálculo efetivamente juntadas ao processo, sendo vedada a utilização de valores sem comprovação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Habilitação

Os requisitos de habilitação deverão limitar-se ao necessário e proporcional ao objeto, observando-se, conforme aplicável, a habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira prevista nos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Eventual exigência de qualificação técnica deverá ser motivada e guardar pertinência com o fornecimento dos equipamentos, sem restrição indevida à competitividade.

3.2. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.3. Especificações técnicas

O equipamento deverá ser adequado às características construtivas, à área atendida, à distribuição do ar e às condições de instalação de cada ambiente escolar, considerando que sua correta definição influencia diretamente a cobertura térmica, a funcionalidade e a durabilidade do sistema.



Prefeitura Municipal de Pirassununga
Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Educação



O equipamento deverá possuir as seguintes características mínimas:

- modelo split wall, tipo hi-wall;
- capacidade de climatização de 24.000 BTU/h;
- tensão elétrica de 220 V;
- eficiência energética Classe “A”, conforme classificação aplicável do PBE/Inmetro;
- funções de resfriamento, ventilação, desumidificação, modo automático e timer;
- controle remoto incluso;
- filtro de ar lavável, antibacteriano e antimofo;
- nível de ruído interno igual ou inferior a 45 dB;
- garantia mínima de 12 meses; e
- conformidade com as normas técnicas e os regulamentos aplicáveis.

O licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar catálogo, ficha técnica ou documento equivalente do fabricante, em língua portuguesa ou acompanhado de tradução, suficiente para comprovar o atendimento às especificações, sem exigências meramente formais que restrinjam a competitividade.

O equipamento deverá atender aos normativos aplicáveis à sua natureza, especialmente quanto à segurança elétrica, ao desempenho, à etiquetagem e à avaliação da conformidade, de modo a assegurar legalidade, confiabilidade e aptidão para uso em prédios públicos escolares.

Deverão ser observadas, conforme aplicáveis, a ABNT NBR IEC 60335, os regulamentos de avaliação da conformidade do Inmetro, a etiquetagem do Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE/Inmetro, as normas relativas à segurança elétrica e os requisitos ambientais referentes ao fluido refrigerante.

Não integra o objeto o serviço de instalação. A área técnica municipal deverá concluir previamente o levantamento das condições elétricas e físicas,



definir os locais de instalação e planejar as adequações e a instalação especializada, resguardando as condições de armazenamento e garantia dos equipamentos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na aquisição de 39 aparelhos de ar-condicionado, novos e sem uso, do tipo split hi-wall, com capacidade de 24.000 BTU/h e tensão de 220 V, destinados à futura climatização dos ambientes das escolas públicas municipais contempladas, incluindo entrega nos locais indicados, garantia e assistência nos termos definidos no Termo de Referência.

A instalação não integra este objeto e será planejada separadamente.

A análise do ciclo de vida da solução considera as etapas de aquisição, utilização, manutenção e descarte dos equipamentos, buscando assegurar a proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Aquisição

- fornecimento de aparelhos novos, sem uso anterior e em linha normal de produção;
- atendimento às especificações técnicas definidas no Termo de Referência; e
- observância dos requisitos de eficiência energética e garantia do fabricante.

Utilização

- emprego dos equipamentos na climatização dos ambientes escolares previamente definidos e tecnicamente avaliados; e
- busca por maior eficiência energética e redução dos custos de consumo de energia elétrica ao longo da vida útil dos aparelhos.



Prefeitura Municipal de Pirassununga
Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Educação



Manutenção

- realização de manutenções preventivas e corretivas pela Administração ou por empresa contratada para essa finalidade;
- disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica autorizada no mercado nacional durante a vida útil dos equipamentos; e
- cobertura pela garantia mínima ofertada pelo fabricante ou fornecedor.

Descarte e destinação final

Ao final da vida útil, os equipamentos deverão receber destinação ambientalmente adequada, observando-se a legislação vigente.

Os componentes eletroeletrônicos e os demais materiais passíveis de reciclagem deverão ser encaminhados para destinação adequada, preferencialmente por meio de empresas habilitadas ou programas de logística reversa, quando aplicável.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

O quantitativo de 39 aparelhos foi definido a partir das deliberações das APMs, dos valores individualmente destinados às nove unidades premiadas e da complementação orçamentária necessária, conforme memória de cálculo abaixo.

A distribuição física definitiva deverá observar a avaliação de carga térmica, a capacidade elétrica e as condições construtivas dos ambientes, para evitar subdimensionamento ou superdimensionamento.

ESCOLA	VALOR PREMIADO	Q. AR COND.		Q. TOTAL	V. FINAL	COMPLEMENTAÇÃO
ABBIBE	R\$ 10.400,00	2	R\$ 9.484,18	3	R\$ 14.226,27	R\$ 3.826,27
GIACOMELLI	R\$ 18.400,00	4	R\$ 18.968,36	4	R\$ 18.968,36	R\$ 568,36
JULIA	R\$ 13.100,00	3	R\$ 14.226,27	3	R\$ 14.226,27	R\$ 1.126,27
LENIRA	R\$ 34.500,00	7	R\$ 33.194,63	8	R\$ 37.936,72	R\$ 3.436,72



Prefeitura Municipal de Pirassununga
Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Educação



JACOBSEN	R\$ 17.500,00	4	R\$ 18.968,36	4	R\$ 18.968,36	R\$ 1.468,36
PRÓSPERO	R\$ 25.900,00	5	R\$ 23.710,45	6	R\$ 28.452,54	R\$ 2.552,54
ROTARY	R\$ 15.200,00	3	R\$ 14.226,27	4	R\$ 18.968,36	R\$ 3.768,36
VILA	R\$ 8.100,00	2	R\$ 9.484,18	2	R\$ 9.484,18	R\$ 1.384,18
WASHINGTON	R\$ 21.300,00	4	R\$ 18.968,36	5	R\$ 23.710,45	R\$ 2.410,45
TOTAL	R\$ 164.400,00	34	R\$ 161.231,06	39	R\$ 184.941,51	R\$ 20.541,51
VALOR UNITÁRIO MÉDIO			4.742,09			

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com o art. 8º do Decreto Municipal nº 8.819/2024, mediante consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e à plataforma Banco de Preços.

Após análise crítica dos preços válidos e comparáveis, apurou-se o valor unitário médio estimado de R\$ 4.742,09 (quatro mil setecentos e quarenta e dois reais e nove centavos) e o valor total estimado de R\$ 184.941,51 (cento e oitenta e quatro mil novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos), referente exclusivamente ao fornecimento de 39 equipamentos.

A memória de cálculo, os parâmetros utilizados, as datas das consultas, as fontes, os preços coletados e o tratamento de valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados deverão constar de documento próprio anexado aos autos.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Embora o objeto seja materialmente divisível, trata-se de um único item padronizado, composto por 39 unidades de mesma especificação.

A adjudicação conjunta do quantitativo mostra-se adequada para preservar a padronização, simplificar a logística de entrega e recebimento,



facilitar a gestão da garantia e favorecer a economia de escala, sem prejuízo relevante à competitividade, considerando que o quantitativo é compatível com a capacidade ordinária dos fornecedores do segmento.

Portanto, não há necessidade de parcelamento.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/ OU INTERDEPENDENTES

A engenharia elétrica está verificando quais unidades escolares terão que readequar a instalação elétrica e algumas já foram repassadas para a direção das escolas, portanto, não haverá contratações correlatas.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação está alinhada ao Documento de Formalização de Demanda nº 6.804/2026 e às ações da Secretaria Municipal de Educação voltadas à melhoria da infraestrutura escolar e à aplicação dos recursos do Prêmio Excelência 2024.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- modernizar a infraestrutura escolar;
- planejar antecipadamente a climatização das unidades de ensino;
- assegurar melhor aproveitamento dos recursos provenientes do Prêmio Excelência 2024;
- possibilitar a instalação gradativa, conforme o planejamento técnico e a disponibilidade orçamentária;
- adquirir equipamentos com maior eficiência energética;
- proporcionar melhores condições de conforto térmico aos alunos, professores, servidores e demais usuários;
- favorecer a permanência e o bem-estar dos estudantes em sala de aula, contribuindo para um ambiente adequado ao processo de ensino e aprendizagem;



- melhorar as condições de trabalho dos profissionais da educação;
- incorporar bens permanentes ao patrimônio público escolar; e
- racionalizar os recursos materiais e financeiros ao longo da vida útil dos equipamentos.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá:

- nomear formalmente os servidores responsáveis pela gestão, fiscalização, recebimento e ateste dos equipamentos;
- promover, quando necessária, a capacitação dos gestores e fiscais do contrato;
- concluir o levantamento técnico das condições físicas e elétricas dos ambientes;
- identificar e planejar as adequações elétricas e físicas necessárias;
- definir os locais de entrega e armazenamento dos equipamentos;
- compatibilizar o cronograma de entrega com o planejamento da instalação;
- exigir que o contratado agende a data e o horário da entrega com a antecedência estipulada;
- atualizar o sistema de patrimônio ou almoxarifado para agilizar o registro de entrada dos bens;
- assegurar disponibilidade orçamentária para a aquisição e para as medidas interdependentes;
- juntar aos autos as deliberações das APMs e os documentos relativos à destinação dos recursos da premiação;
- juntar as memórias de cálculo das quantidades e dos preços; e
- avaliar os riscos relacionados ao armazenamento, à instalação, à garantia e à efetiva entrada dos equipamentos em funcionamento.



12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A aquisição dos aparelhos pode produzir impactos ambientais durante as etapas de fornecimento, instalação, utilização, manutenção e descarte. Entre os principais impactos está o aumento do consumo de energia elétrica decorrente do uso contínuo dos equipamentos.

Como medida mitigadora, deverão ser adquiridos equipamentos com elevada eficiência energética, preferencialmente com classificação máxima aplicável no PBE/Inmetro e tecnologia inverter, quando compatível com as especificações e com a realidade do mercado. O dimensionamento deverá observar a carga térmica dos ambientes, evitando subdimensionamento e superdimensionamento.

Deverão ser adotadas práticas de uso racional, como definição de temperatura adequada, desligamento dos aparelhos em ambientes desocupados, limpeza periódica dos filtros e orientação dos usuários.

Outro impacto relevante está relacionado aos fluidos refrigerantes, que podem contribuir para o aquecimento global em caso de vazamento. Deverão ser priorizados equipamentos com fluidos de menor impacto ambiental, observadas as tecnologias disponíveis e as normas de segurança.

A futura instalação deverá ser realizada por profissionais qualificados, com observância das recomendações do fabricante, testes de estanqueidade, procedimentos adequados de carga ou recolhimento de fluido e medidas preventivas contra vazamentos.

As embalagens, incluindo papelão, plástico, isopor, fitas e pallets, deverão ser segregadas e encaminhadas à coleta seletiva, a cooperativas ou a sistemas adequados de reciclagem.

A instalação poderá gerar resíduos de tubulações, cabos, canaletas, isolamentos, suportes e pequenas intervenções civis. O futuro instrumento de contratação deverá atribuir à empresa responsável o recolhimento e a destinação adequada desses resíduos.



Ao longo da vida útil, peças substituídas, filtros, cabos, placas eletrônicas, compressores e demais componentes não poderão ser descartados no lixo comum. A Administração deverá manter histórico de manutenção e observar os procedimentos de logística reversa e destinação ambientalmente adequada.

Ao final da vida útil, os aparelhos e seus componentes deverão ser encaminhados a empresas ou sistemas autorizados para tratamento de resíduos eletroeletrônicos, observando-se a legislação ambiental aplicável.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante da necessidade identificada, da destinação dos recursos do Prêmio Excelência 2024 e das análises apresentadas, conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da aquisição de 39 aparelhos de ar-condicionado para atendimento das escolas municipais, limitando-se o objeto ao fornecimento dos equipamentos, sem instalação.

A viabilidade fica condicionada à juntada das deliberações das APMs e dos documentos de vinculação dos recursos, das memórias de cálculo das quantidades e dos preços, da confirmação da disponibilidade orçamentária e do planejamento das adequações elétricas e da instalação, de modo que os bens possam ser utilizados tempestivamente e sem comprometimento da garantia.

Com o atendimento dessas condicionantes e a compatibilização do Termo de Referência com este ETP, a contratação mostra-se adequada ao interesse público e aos requisitos de planejamento da Lei Federal nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de Pirassununga
Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Educação



14. RESPONSÁVEIS



Documento assinado digitalmente
TAMMY TICIANE LOCALI VANNUCCI
Data: 20/07/2026 11:45:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Tammy Ticiane Locali Vannucci

Cargo: Professora

CPF: 349.588.728-84

FISCAIS DA CONTRATAÇÃO

Nome: Edilson Mendes da Silva

Cargo: Escriturário

CPF: 113.944.068-35

Pirassununga, 20 de julho de 2025.